

Tractebel Energia

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.474.103/0001-15

EXTRATO DA ATA DA DÉCIMA QUINTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E OITAVA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Aos sete dias do mês de abril do ano dois mil e cinco, às 08:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Antônio Dib Mussi, 366, Centro, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, reuniram-se os acionistas da Tractebel Energia S.A., representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas", a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia. Na abertura dos trabalhos, o Sr. Mauricio Stolle Bähr, Presidente do Conselho de Administração, a quem cabe, na forma do art. 12 do Estatuto Social, dirigir os trabalhos, propôs e foi aceito, para Secretário, o Sr. José Moacir Schmidt. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos acionistas, do Sr. Cláudio Henrique D. Reis, CRC/SC 024594/O-1, representante da TREVISAN Auditores Independentes, do Sr. Manoel Arlindo Zaroni Torres, Diretor-Presidente da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal, Sra. Carla Carvalho de Carvalho e Sr. Manoel Eduardo Lima Lopes. Em seguida, informou que a presente ata será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76, e que as presentes Assembléias foram regularmente convocadas por edital publicado nos Jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Diário Catarinense edições dos dias 23, 28 e 29 de março de 2005, solicitando-me a sua leitura, o que fiz como a seguir se transcreve: **"ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os Acionistas da TRACTEBEL ENERGIA S.A. para as Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 07 de abril de 2005, com início às 08:00hs., na sede da Companhia, situada na Rua Antônio Dib Mussi, 366, Centro, na cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, com as seguintes Ordens do Dia: 1. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 1.1 Exame, discussão e votação de proposta da administração da Companhia, referente à realização da primeira emissão de debêntures simples da Companhia, da espécie quirografária, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente). A Emissão, que será objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme, será dividida em duas Séries, sendo a remuneração das Debêntures da primeira Série ("Debêntures da 1ª Série") referenciada no IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e a remuneração das Debêntures da segunda Série ("Debêntures da 2ª Série") referenciada na taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, conforme os critérios a serem determinados na Assembléia Geral Extraordinária ora convocada. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 6 (seis) anos e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, ambas a contar das respectivas datas de emissão. Autorizar a diretoria da Companhia a tomar as medidas que se fizerem necessárias à realização da Oferta e ao seu registro perante a Comissão de Valores Mobiliários; 1.2 Deliberar sobre o grupamento da totalidade das ações representativas do Capital

Social da Companhia, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe, bem como a relação de ações por ADR – American Depositary Receipt, que será de 5 (cinco) ações para 1 (um) ADR; 1.3 Alteração dos seguintes dispositivos do Estatuto Social: (i) caput do artigo 5º, condicionada à aprovação da matéria constante do item anterior; (ii) § 4º do artigo 5º; (iii) supressão do parágrafo único do artigo 6º; (iv) 8º; (v) §§ 1º e 2º do artigo 16; (vi) incisos VIII e XII do artigo 19; (vii) inciso IX do artigo 19; (viii) inciso X do artigo 19; (ix) caput do artigo 21 e inclusão de parágrafo único; (x) transformação do parágrafo único do artigo 24 em § 1º, e inclusão de § 2º; e (xi) supressão dos artigos 28 a 34 e remuneração dos seguintes, em decorrência das alterações introduzidas nos artigos precedentes; e 1.4 Revalidação do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e a Suez-Tractebel S.A., aprovado na Assembléia Geral Extraordinária acontecida no dia 29 de abril de 2002 (Este item da Ordem do Dia será votado exclusivamente pelos acionistas minoritários). 2. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - 2.1 Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2004; 2.2 Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de dividendos; 2.3 Deliberar sobre o Orçamento de Capital para retenção de lucros; 2.4 Deliberar sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados relativos ao exercício de 2004; 2.5 Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2005. Os acionistas, nos termos da legislação aplicável e do artigo 13 do Estatuto Social, deverão comprovar a condição de acionistas até o prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização das Assembléias, mediante depósito dos documentos comprobatórios da titularidade de ações da Tractebel Energia S.A., a serem entregues na sede da Companhia, no horário comercial. Florianópolis, 23 de março de 2005. Mauricio Stolle Bähr Presidente do Conselho de Administração". Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente colocou em discussão o primeiro item da Ordem do Dia da DÉCIMA QUINTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1.1 Exame, discussão e votação de proposta da administração da Companhia, referente à realização da primeira emissão de debêntures simples da Companhia, da espécie quirografária, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) – O Sr. Presidente informou aos acionistas presentes quanto a oportunidade e conveniência de a Companhia emitir as debêntures, esclarecendo detalhadamente as características e as condições para a emissão. Colocada a matéria em votação, foi **aprovada por maioria**, com o voto contrário dos acionistas Banco Clássico, José Pais Rangel e Socal S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial, que apresentaram voto em separado, a proposta da Administração de realização da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, para distribuição pública, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a qual terá as seguintes características e condições (a “Emissão” ou a “Oferta” e as “Debêntures”): i) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em 2 (duas) séries; ii) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 2 de maio de 2005 (a “Data de Emissão”); iii) **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”); iv) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures no âmbito da Emissão, sendo que parcela das Debêntures será alocada na 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”) e parcela das Debêntures será alocada na 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série”) (as Debêntures da 1ª Série em conjunto com as Debêntures da 2ª Série, simplesmente as “Debêntures”). A alocação das Debêntures na 1ª Série e na 2ª Série será definida em procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelas instituições financeiras

responsáveis pela coordenação e colocação da Oferta ("Procedimento de *Bookbuilding*") e ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião a ser especialmente convocada para tanto. Independentemente do disposto acima, em cada série da Emissão serão alocadas no mínimo 6.000 (seis mil) Debêntures; v) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão, na Data de Emissão, será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); vi) **Prazo e Vencimento:** As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de maio de 2011 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"). As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de maio de 2010 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série") (a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, simplesmente a "Data de Vencimento"); vii) **Forma:** As Debêntures serão da forma escritural; viii) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária; ix) **Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; x) **Remuneração:** As Debêntures da 1ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e farão jus à juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e a remuneração das Debêntures da 2ª Série será equivalente à acumulação de um percentual das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, percentual este também a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* (a remuneração das Debêntures da 1ª Série em conjunto com a remuneração das Debêntures da 2ª Série, simplesmente a "Remuneração"); xi) **Datas de Pagamento da Remuneração:** A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será devida anualmente, sempre no dia 2 de maio, sendo o primeiro pagamento no dia 2 de maio de 2006 (cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série"). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será devida semestralmente, sempre no dia 2 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido no dia 02 de novembro de 2005 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série") (a Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série em conjunto com a Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série, simplesmente a "Data de Pagamento de Remuneração"); xii) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; xiii) **Repactuação ou Resgate Programados:** Não haverá; xiv) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição. As Debêntures objeto de aquisição facultativa pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser colocadas para negociação no mercado secundário; xv) **Plano de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme, e serão destinadas à fundos de investimento e outros investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução da CVM n.º 409/04, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. As instituições financeiras

responsáveis pela coordenação e colocação da Oferta, com expressa anuência da Companhia, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitido, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03. De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, a critério da instituição intermediária líder da Emissão, e desde que com a anuência expressa da Companhia, equivalente a até 15% (quinze por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Lote Suplementar") e (ii) poderá ser aumentada, a critério exclusivo da Companhia, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Quantidade Adicional"). Quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão, exceto no que tange ao regime de colocação, tendo em vista que tais Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas sob regime de melhores esforços; **xvi) Colocação Mínima para Conclusão da Oferta:** Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures. Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional não serão consideradas para fins de apuração da colocação total da Oferta, conforme mencionado acima. Ou seja, caso haja constatação de demanda para Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional, e, ao final do prazo de colocação das Debêntures, haja sobras de Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional não subscritas e/ou integralizadas, a Oferta será considerada concluída, não estando sujeita ao disposto a seguir. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão os montantes já utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos; **xvii) Registro para Distribuição da Oferta:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP; **xviii) Registro para Negociação das Debêntures:** As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e no sistema de negociação BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo; **xix) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), conforme o caso, ou, no caso de Debêntures que não estiverem custodiadas junto aos sistemas acima referidos, os pagamentos serão realizados junto à instituição financeira contratada pela Companhia como banco mandatário da Emissão; **xx) Vencimento Antecipado:** Serão considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures as seguintes ocorrências: (a) pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de concordata preventiva, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Companhia; (b) falta de pagamento, pela Companhia, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nas

respectivas datas de vencimento, não sanada em 2 (dois) dias corridos contados da respectiva data de vencimento; (c) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (d) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"), que não as descritas no item (b) acima, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (e) não cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (f) protesto de títulos no valor unitário ou agregado, de, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias corridos; (g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia decorrente de inadimplemento contratual, no montante individual ou agregado, de, no mínimo, R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (h) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Companhia por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (i) tal alteração societária for aprovada por titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação; (i) alteração, direta ou indireta, do controle societário/acionário da controladora da Companhia, a Suez, sociedade organizada de acordo com as leis da Bélgica, com sede em 1 Place du Trône 1000, Bruxelas, Bélgica; (j) no caso de alienação, inoperância ou paralização prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, tomando-se por base a capacidade instalada da Companhia na Data de Emissão e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; (k) intervenção ou perda da concessão/autorização da Companhia, conforme o caso, para explorar atividades relacionadas à geração de energia; (l) redução do capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (m) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Companhia, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se a Companhia estiver em mora com as suas obrigações pecuniárias referidas na Escritura de Emissão; e (n) não observância, pela Companhia, enquanto houver Debêntures em circulação, dos índices e limites financeiros a serem definidos na Escritura de Emissão. Na ocorrência de vencimento antecipado, a Companhia efetuará o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. As Debêntures objeto desse procedimento serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia; e **xxi) Instituição Financeira Depositária das Debêntures Escriturais e Banco Mandatário:** a instituição financeira depositária das Debêntures e banco mandatário da Emissão será o Banco Itaú S.A.. A Diretoria Executiva da Companhia fica autorizada, observadas as disposições legais e o Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários para a efetivação e o registro da Oferta, podendo aceitar propostas e contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar o processo de estruturação e registro da Oferta, bem como contratar os serviços de banco mandatário, agente escriturador, agente fiduciário, agência de *rating*, advogados, auditores

independentes e outros, conforme o caso, necessários para a realização da Emissão, ficando convalidados os atos já praticados. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração da Companhia fica autorizado a deliberar sobre as condições de que tratam os itens (vi) a (viii) do referido artigo 59; A seguir, o Sr. Presidente informou que se passaria a deliberar sobre o **item seguinte da Ordem do Dia: 1.2 Deliberar sobre o grupamento da totalidade das ações representativas do Capital Social da Companhia, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe, bem como a relação de ações por ADR – American Depositary Receipt, que será de 5 (cinco) ações para 1 (um) ADR** – Foi explicado aos acionistas presentes que o grupamento proposto tem a finalidade de padronizar os parâmetros de negociação adotados pela Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA, que está orientando as Companhias Abertas a adotarem a cotação unitária de suas ações e não mais a cotação em lotes de mil ações. Colocada a matéria em votação, foi **aprovada por unanimidade** a proposta da Administração da Companhia de grupamento da totalidade das ações representativas do Capital Social, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe, **passando de 652.742.193.511 (seiscentas e cinquenta e duas bilhões, setecentas e quarenta e duas milhões, cento e noventa e três mil, quinhentas e onze) ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 464.052.075.236 (quatrocentas e sessenta e quatro bilhões, cinquenta e dois milhões, setenta e cinco mil, duzentas e trinta e seis) ações ordinárias, 75.069.876 (setenta e cinco milhões, sessenta e nove mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais da classe A e 188.615.048.399 (cento e oitenta e oito bilhões, seiscentas e quinze milhões, quarenta e oito mil, trezentas e noventa e nove) ações preferenciais da classe B para 652.742.192 (seiscentas e cinquenta e duas milhões, setecentas e quarenta e duas mil, cento e noventa e duas) ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 464.052.075 (quatrocentas e sessenta e quatro milhões, cinquenta e duas mil, setenta e cinco) ações ordinárias, 75.069 (setenta e cinco mil, sessenta e nove) ações preferenciais da classe A e 188.615.048 (cento e oitenta e oito milhões, seiscentas e quinze mil, quarenta e oito) ações preferenciais da classe B, permanecendo inalterado o valor do Capital Social da Companhia, ficando a Diretoria Executiva da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação do grupamento, o qual, em linhas gerais, seguirá as seguintes diretrizes: a) os acionistas detentores de quantidade de ações que não seja múltipla de 1.000 poderão ajustar suas respectivas posições acionárias, por espécie e classe. Para este fim, o acionista controlador doará as frações complementares aos acionistas que se manifestarem, na forma a ser divulgada em “Aviso aos Acionistas”; b) terminado o prazo para ajuste das posições acionárias, as eventuais frações de ações que sobraem serão agrupadas em números inteiros e leiloadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, e, não havendo interessados, serão adquiridas pelo acionista controlador. As frações de ações serão debitadas nas posições dos acionistas, previamente à realização do leilão, sendo o produto da venda disponibilizado em nome de cada acionista titular das frações, na forma a ser divulgada em “Aviso aos Acionistas”; c) as ações da Companhia passarão a ser negociadas de forma agrupada, a partir do dia 23 maio de 2005, cotadas unitariamente e com novo lote padrão de 100 ações; d) Concomitantemente com essa operação no Brasil, a relação de ações por American Depositary Receipt – ADR no Mercado americano também será alterada, passando a ser de 5 (cinco) ações para 1 (um) ADR, de forma que o agrupamento passará a vigorar na mesma data do Brasil, ou seja, em 23 maio de 2005; Na sequência, o Sr. Presidente informou que se passaria a deliberar sobre o **item seguinte da Ordem do Dia: 1.3 Alteração dos seguintes dispositivos do Estatuto Social: (i) caput do artigo 5º; (ii) § 4º do artigo 5º; (iii) supressão do parágrafo único do artigo 6º; (iv) 8º; (v) §§ 1º****

e 2º do artigo 16; (vi) incisos VIII e XII do artigo 19; (vii) inciso IX do artigo 19; (viii) inciso X do artigo 19; (ix) caput do artigo 21 e inclusão de parágrafo único; (x) transformação do parágrafo único do artigo 24 em § 1º e inclusão de § 2º; e (xi) supressão dos artigos 28 a 34 e renumeração dos seguintes, em decorrência das alterações introduzidas nos artigos precedentes. Colocada a matéria em votação, foi aprovada por maioria, com o voto contrário do acionista THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN LTD. RE: MTBC, a proposta, passando referidos dispositivos às seguintes redações: (i) Art. 5º - O Capital Social subscrito da Companhia é de R\$ 2.445.766.091,90 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, noventa e um reais e noventa centavos) dividido em 652.742.192 (seiscentas e cinquenta e duas milhões, setecentas e quarenta e duas mil, cento e noventa e duas mil, setenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 75.069 (setenta e cinco mil, sessenta e nove) ações preferenciais nominativas da classe A e 188.615.048 (cento e oitenta e oito milhões, seiscentas e quinze mil, quarenta e oito) ações preferenciais nominativas da classe B, todas sem valor nominal; (ii) § 4º do Art. 5º - As ações preferenciais nominativas terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos; (iii) Parágrafo único do art. 6º - suprimido; (iv) Art. 8º - A Companhia está autorizada, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais); (v) § 1º do art. 16 - Um dos membros do Conselho de Administração será eleito pelos empregados em votação direta organizada pela Companhia, devendo o nome ser homologado pelos acionistas em Assembleia Geral; § 2º do art. 16 - Em ocorrendo a vacância no Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de ocorrer vacância na maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição; (vi) inciso VIII do art. 19 - aprovar a celebração de contratos e a assunção de obrigações de valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); inciso XII do art. 19 - aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia de valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (vii) inciso IX do art. 19 - propor à Assembleia Geral a emissão de debêntures cujas condições não se enquadrem no âmbito de sua competência originária; (viii) inciso X do art. 19 - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e sobre as condições que, na forma da lei, lhe forem delegadas pela Assembleia Geral; (ix) Art. 21 - A Diretoria Executiva da Companhia será composta de 7 (sete) membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição; Parágrafo único - As atribuições e poderes dos membros da Diretoria Executiva serão fixados pelo Conselho de Administração, o qual deverá, obrigatoriamente, designar um Diretor Presidente e um Diretor de Relações com Investidores; (x) Transformação do Parágrafo único do art. 24 em § 1º; inclusão de § 2º no art. 24 - Ao Diretor-Presidente compete, privativamente: I - Presidir as reuniões da Diretoria; II - coordenar e orientar as atividades de todos os demais diretores, nas suas respectivas áreas de competência; III - atribuir, a qualquer dos diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couber ordinariamente; e IV - zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria; (xi) Arts. 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 e seus incisos - Suprimidos, sendo renumerados os artigos subsequentes e adaptados os títulos dos Capítulos VIII a X; Em razão de tais alterações, procedeu-se à consolidação do Estatuto social da Companhia, que passa a ter a seguinte redação: **CAPÍTULO I - Da Denominação, Organização, Sede, Duração e Objeto** -

Art. 1.º - A TRACTEBEL ENERGIA S.A. é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto, pela Lei das Sociedades por Ações e pelas demais Leis e Regulamentos que lhe forem aplicáveis. Art. 2.º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, na rua Antônio Dib Mussi, 366, Centro, podendo criar sucursais, filiais, agências e escritórios no País e no exterior. Art. 3.º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. Art. 4.º - A Companhia tem por objeto social: I - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; II - participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatório para fins múltiplos; III - contribuir para a formação de pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica, bem como para a preparação de operários qualificados, através de cursos especializados; IV - participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados; V - participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; VI - colaborar para a preservação do meio ambiente no exercício de suas atividades; VII - colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade; e VIII - participar, como sócio, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia. CAPÍTULO II - Do Capital e das Ações - Art. 5.º - O Capital Social subscrito da Companhia é de R\$ 2.445.766.091,90 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, noventa e um reais e noventa centavos) dividido em 652.742.192 (seiscentas e cinquenta e duas milhões, setecentas e quarenta e duas mil, cento e noventa e duas) ações, sendo 464.052.075 (quatrocentas e sessenta e quatro milhões, cinquenta e duas mil, setenta e cinco) ações ordinárias nominativas, 75.069 (setenta e cinco mil, sessenta e nove) ações preferenciais nominativas da classe A e 188.615.048 (cento e oitenta e oito milhões, seiscentas e quinze mil, quarenta e oito) ações preferenciais nominativas da classe B, todas sem valor nominal. § 1.º - A Companhia poderá emitir ações preferenciais até o limite de 2/3 (dois terços) do Capital Social, sem guardar proporção com as demais existentes, as quais concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias. § 2.º - As ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e as ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, poderão ser mantidas em contas de depósito em nome dos respectivos titulares, sob o regime escritural, sem emissão de certificados, em instituição financeira designada pelo Conselho de Administração. § 3.º - Sempre que houver transferência de propriedade de ações, a instituição financeira depositária poderá cobrar, do acionista alienante, o custo concernente ao serviço de tal transferência, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários. § 4.º - As ações preferenciais nominativas terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos. § 5.º - As ações preferenciais nominativas da classe A terão prioridade na distribuição de dividendos, calculados à razão de 8% (oito por cento) do capital próprio a essa espécie e classe de ações, ou à razão de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido correspondente a essa espécie e classe de ações, o que for maior, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente. § 6.º - As ações preferenciais nominativas da classe B terão prioridade na distribuição de dividendos, calculados à razão de 6% (seis por cento) do capital próprio a essa espécie e classe de ações, ou à razão de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido correspondente a essa espécie e classe de ações, o que for maior, dividendos esses a

serem entre elas rateados igualmente. § 7.º - As ações preferenciais nominativas participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nominativas na distribuição dos dividendos, depois de a estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos previstos nos §§ anteriores. Art. 6.º - A Companhia poderá emitir debêntures simples ou conversíveis em ações. Art. 7.º - Os aumentos de capital da Companhia serão realizados mediante subscrição pública ou particular de ações, por conversão de debêntures ou incorporação de reservas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei, e a integralização das ações obedecerá às normas e condições estabelecidas pelo seu Conselho de Administração. **Parágrafo único** - O acionista que não fizer o pagamento de acordo com as normas e condições a que se refere o presente artigo, ficará, de pleno direito, constituído em mora, aplicando-se atualização monetária, juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação vencida. Art. 8.º - A Companhia está autorizada a, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais). § 1.º - Além das outras condições referentes à emissão de novas ações, caberá ao Conselho de Administração determinar o preço de emissão e o prazo de integralização das ações subscritas. § 2.º - Os aumentos de capital poderão ser feitos sem necessidade de se guardar proporção entre as ações preferenciais e ordinárias, observado o disposto no § 1º do art. 5º. § 3.º - O Conselho de Administração poderá aprovar a emissão de novas ações sem direito de preferência para os antigos acionistas se a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição do controle. Art. 9.º - A Companhia poderá emitir títulos unitários ou múltiplos de ações. Os grupamentos ou desdobramentos serão feitos a pedido do acionista correndo por sua conta as despesas com a substituição dos títulos. **Parágrafo único** - Os serviços de conversão, transferência e desdobramento de ações poderão ser transitoriamente suspensos, observadas as normas e limitações estabelecidas na legislação em vigor. **CAPÍTULO III - Das Assembléias Gerais** - Art. 10 - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, para: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e III - eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração. Art. 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais e estatutárias pertinentes. Art. 12 - A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por quem a assembléia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes. Art. 13 - O Edital de Convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembléia Geral ao cumprimento dos requisitos previstos em lei, devendo, para tanto, apresentar documento que comprove sua qualidade de acionista, podendo o depósito de tais documentos ser exigido com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembléia. **CAPÍTULO IV - Da Administração** - Art. 14 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Art. 15 - A Assembléia Geral fixará a remuneração dos administradores. Se a remuneração for estabelecida de forma global, o Conselho de Administração deverá deliberar sobre o seu rateio entre os seus membros e os Diretores. **CAPÍTULO V - Do Conselho de Administração** - Art. 16 - O Conselho de Administração será composto de

3 (três) a 7 (sete) membros, sendo um o Presidente do Conselho e outro o Vice-Presidente, escolhidos pelos acionistas, na forma da lei, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. § 1º - Um dos membros do Conselho de Administração será eleito pelos empregados em votação direta organizada pela Companhia, devendo o nome ser homologado pelos acionistas em Assembleia Geral. § 2º - Em ocorrendo a vacância no Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a próxima Assembleia Geral. No caso de ocorrer vacância na maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição. Art. 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á, de ordinário, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia exigir, mediante convocação na forma deste Estatuto. Art. 18 - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente ou por membros que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecerem todos os membros. O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. Art. 19 - O Conselho de Administração terá as seguintes atribuições: I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II - eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto; III - fiscalizar a gestão dos Diretores; IV - estabelecer limites e alçadas para a representação da Companhia por procuradores; V - convocar a Assembleia Geral; VI - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; VII - aprovar o valor global do orçamento anual da Companhia; VIII - aprovar a celebração de contratos e a assunção de obrigações de valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); IX - propor à Assembleia Geral a emissão de debêntures cujas condições não se enquadrem no âmbito de sua competência originária; X - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e sobre as condições que, na forma da lei, lhe forem delegadas pela Assembleia Geral; XI - aprovar a concessão de garantia ou aval a terceiros; XII - aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia de valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); XIII - deliberar sobre a aquisição e a alienação de ações de emissão da Companhia, fixando-lhes preço e condições; XIV - deliberar sobre a emissão de novas ações, o preço de emissão e as demais condições de tais emissões, observado o que dispuser este Estatuto; XV - deliberar, nos casos previstos neste Estatuto, sobre a elaboração de demonstrações financeiras semestrais, ou em períodos menores, e a distribuição de dividendos intermediários ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, bem como sobre o crédito ou pagamento de juros sobre o capital próprio; XVI - deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais (commercial papers), bem como a emissão de bônus de subscrição; XVII - escolher e destituir os auditores independentes; XVIII - aprovar o Regulamento Interno da Companhia; e XIX - deliberar sobre os casos omissos no Estatuto. Art. 20 - Nas suas ausências ou impedimentos, o Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente. CAPÍTULO VI - Da Diretoria Executiva - Art. 21 - A Diretoria Executiva da Companhia será composta de 7 (sete) membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo único** - As atribuições e poderes dos membros da Diretoria Executiva serão fixados pelo Conselho de Administração, o qual deverá, obrigatoriamente, designar um Diretor Presidente e um Diretor de Relações com Investidores. Art. 22 - A Diretoria reunir-se-á, de ordinário, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia o exigir, mediante convocação na forma deste Estatuto. Art. 23

- As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) Diretores, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecerem todos os seus membros. A Diretoria Executiva deliberará por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Art. 24** - Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a representação da Companhia, observado este Estatuto e as diretrizes e atribuições fixadas pelo Conselho de Administração. **§ 1º** - No exercício de suas atribuições, cabe à Diretoria Executiva: **I** - elaborar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, quando for o caso; **II** - elaborar o Regulamento Interno da Companhia e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração; **III** - elaborar o orçamento anual da Companhia; e **IV** - aprovar qualquer revisão do orçamento anual aprovado, observado o valor global aprovado pelo Conselho de Administração. **§ 2º** - Ao Diretor-Presidente compete, privativamente: **I** - Presidir as reuniões da Diretoria; **II** - coordenar e orientar as atividades de todos os demais diretores, nas suas respectivas áreas de competência; **III** - atribuir, a qualquer dos diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couber ordinariamente; e **IV** - zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria. **Art. 25** - No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer Diretor, a Diretoria indicará um Diretor para acumular as suas funções. **Art. 26** - No caso de vacância, a Diretoria designará um Diretor para acumular as funções do cargo vago, até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração, quando será preenchido o cargo, pelo prazo que restava ao Diretor substituído. **Art. 27** - A Companhia ficará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores, observado, no entanto, o disposto nos §§ seguintes. **§ 1º** - Os Diretores poderão nomear procuradores para representarem a Companhia, agindo sempre em conjunto com um diretor ou outro procurador com bastante poderes ou, ainda, agindo isoladamente. **§ 2º** - As procurações da Companhia deverão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes outorgados e o prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para representação da Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. **CAPÍTULO VII - Do Comitê Estratégico - Art. 28** - A Companhia poderá ter um comitê estratégico, que será um órgão consultivo da administração, com funções de opinar e aconselhar o Conselho de Administração e a Diretoria nos assuntos que lhe sejam submetidos. O Comitê Estratégico será composto de até 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País ou não, podendo ser administradores, eleitos pelo Conselho de Administração, que fixará a remuneração de seus membros, e seu funcionamento será regido pelo Regulamento Interno da Companhia. **CAPÍTULO VIII - Do Conselho Fiscal - Art. 29** - O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente, instalando-se somente a pedido dos acionistas, na forma da lei, sendo constituído de até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano. A Assembleia Geral que vier a eleger o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **CAPÍTULO IX - Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Art. 30** - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, as disposições legais aplicáveis. **§ 1º** - Em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos de lei, observadas as disposições previstas no art. 5º, no que se refere aos dividendos das ações preferenciais, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. **§ 2º** - A Companhia poderá levantar demonstrações financeiras a 30 de junho de cada ano, podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos

com base nas mesmas. § 3.º - A Companhia poderá elaborar demonstrações financeiras e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1.º do artigo 182 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. § 4.º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 5.º - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios, inclusive os dividendos das ações preferenciais. **Art. 31** - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefícios da Companhia. **CAPÍTULO X - Das Disposições Gerais - Art. 32** - A participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, poderá ser paga aos empregados, após manifestação da Assembleia Geral Ordinária, em consonância com a legislação pertinente". A seguir, o Sr. Presidente informou que se passaria a deliberar sobre o **item seguinte da Ordem do Dia: 1.4 Revalidação do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e a Suez-Tractebel S.A., aprovado na Assembleia Geral Extraordinária acontecida no dia 29 de abril de 2002** - Foi informado aos acionistas que a presente proposta de revalidação atende ao que foi deliberado na AGE que aprovou a contratação, e que se trata da última revalidação do mencionado Contrato. Igualmente ao ocorrido na Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a contratação e na que aprovou a sua revalidação, o acionista controlador TRACTEBEL EGI SOUTH AMERICA LTDA. absteve-se de votar. Posta a matéria em votação, foi rejeitada por maioria, com o voto contrário dos acionistas Banco Clássico, José Pais Rangel e SOCAL S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial, que apresentaram declaração de voto em separado, e voto favorável dos demais acionistas minoritários presentes. O acionista controlador apresentou manifestação de voto em separado prestando esclarecimentos a respeito das declarações de voto apresentadas pelos acionistas Banco Clássico, José Pais Rangel e Socal S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial em relação aos itens 1.1 e 1.4 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária. Sem qualquer outra manifestação, o **Sr. Presidente deu por encerrada a Décima Quinta Assembleia Geral Extraordinária**. Na sequência dos trabalhos, o Sr. Presidente informou que se passaria aos assuntos da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, antes informando que o Aviso aos Acionistas de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76 foi publicado nos Jornais Diário Catarinense e Valor Econômico edições dos dias 08, 09 e 10 de março de 2005, e que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, foram publicados nos Jornais Diário Catarinense, A Notícia, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Valor Econômico e Gazeta Mercantil edições do dia 22 de março de 2005, sendo que nos dois últimos foram publicadas as Demonstrações Financeiras Condensadas, em cumprimento à Instrução CVM nº 232/1995, com o que foram cumpridas as formalidades para a realização da presente Assembleia. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em discussão o **primeiro item da Ordem do Dia da OITAVA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 2.1 Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2004** - Como o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o parecer dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal já são de conhecimento dos presentes, foi proposta e

aprovada a dispensa da leitura de tais documentos. Após as discussões pertinentes sobre a matéria, as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2004, bem como as contas da Administração do mesmo Exercício, foram colocadas em votação, sendo **aprovadas por unanimidade**; Dando prosseguimento, o Sr. Presidente informou que se passaria ao **item seguinte da Ordem do Dia: 2.2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a Distribuição de Dividendos** – Foi proposta a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de dividendos, conforme as Demonstrações Financeiras aprovadas no item anterior, nos seguintes valores: a) Reserva Legal – R\$ 38.759.608,36; b) Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 590.032.558,88, assim composto: (i) Juros sobre o Capital Próprio, líquidos de IRRF, creditados em dezembro de 2004 (RCA de 09/12/2004), no valor total de R\$ 216.750.000,00; (ii) Dividendos complementares – R\$ 335.032.558,88, correspondentes a R\$ 0,513269 por lote de mil ações preferenciais classes A e B, e por lote de mil ações ordinárias; (iii) Imposto de Renda Retido na Fonte relativo a Juros sobre o Capital Próprio creditados em 2004 – R\$ 38.250.000,00; e c) Reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, no valor de R\$ 146.400.000,00. Posta a matéria em votação, foi **aprovada por unanimidade**; A seguir, o Sr. Presidente informou que se passaria ao **item seguinte da Ordem do Dia: 2.3 Deliberar sobre o Orçamento de Capital para retenção de lucros** – Foi proposto o Orçamento de Capital, que considera Programa de Investimentos no valor de R\$ 262.716.000,00, sendo R\$ 37.023.000,00 (trinta e sete milhões, vinte e três mil reais) destinado a Aplicação Direta na manutenção do parque produtivo, e R\$ 225.693.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil reais) destinados a investimentos financeiros através da aquisição de concessões de aproveitamentos hidrelétricos já licitados e novos a serem promovidos pela ANEEL. Posta a matéria em votação, foi **aprovada por unanimidade**; A seguir, o Sr. Presidente informou que se passaria ao **item seguinte da Ordem do Dia: 2.4 Deliberar sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados relativos ao exercício de 2004** – Foi proposto o montante de até R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais) para o pagamento, nas datas a serem estabelecidas pela Diretoria Executiva, dentro dos critérios definidos no Sistema de Remuneração da Companhia e Acordos Coletivos de Trabalho, da Participação dos empregados nos Lucros ou Resultados - PLR - relativo ao exercício de 2004, do qual R\$ 6.500.000,00 já estão reconhecido nas Demonstrações Financeiras do Exercício de 2004, sendo que a diferença, correspondente a até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), deverá ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras do Exercício de 2005. Posta a matéria em votação, foi **aprovada por maioria**, com o voto contrário do acionista THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN LTD. RE: MTBC; A seguir, o Sr. Presidente informou que se passaria ao **item seguinte da Ordem do Dia: 2.5 Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2005** – Foi proposta a quantia de R\$ 8.800.000,00 (oito milhões e oitocentos mil reais) como valor global da remuneração anual dos Administradores eleitos pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração, cuja distribuição se fará mediante critérios e valores estabelecidos pelo Conselho de Administração, cabendo, adicionalmente, à Companhia, quando for o caso, as despesas de INSS, FGTS, Seguro Saúde, Previdência Privada, assistência médica e habitação. Posta a matéria em votação, foi **aprovada por unanimidade**; Esgotados os itens da Ordem do Dia da Oitava Assembléia Geral Ordinária, e posta a palavra à disposição, os acionistas presentes decidiram pela **instalação do Conselho Fiscal para o presente Exercício**. Após deliberação, procedeu-se à instalação do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2006, tendo sido eleitos: Sr. MANOEL EDUARDO LIMA LOPES,


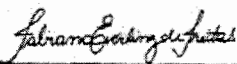


brasileiro, casado, contador, Carteira de identidade nº 1767127-IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 046.227.237-00, com endereço na Av. Oswaldo Cruz, 31/201, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-060, conselheiro titular, e Sr. **ALTON PUNTO SIQUEIRA**, brasileiro, casado, banqueiro, homologado pelo BACEN conforme correspondência DERJA/REORF-98/222-2, de 17 de abril de 1998, cuja cópia fica arquivada na Companhia, portador da carteira de identidade nº 01160700-9 – IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 006.936.346-34, com endereço na Rua Senador Vergueiro, 157/604, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22230-00, conselheiro suplente, indicados pelo acionista Banco Clássico S.A., na qualidade de minoritário titular de ações com direito a voto; Sr. **NEWTON DE LIMA AZEVEDO JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 3.993.530-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 610.185.388-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Av. 9 de julho, 4865, 8º andar, Centro, conselheiro titular, e Sr. **MANOEL EDUARDO BOUZAN DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº CRC/RJ 026695/0-3, inscrito no CPF sob o nº 269.006.377-87, com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, 52, sala 1401 (parte), Centro, CEP 20031-000, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, conselheiro suplente; e Sra. **CARLA CARVALHO DE CARVALHO**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o nº 59.760, CPF/MF 863.499.377-91, residente e domiciliada na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. Almirante Barroso, 52, sala 1401 (parte), Centro, CEP 20031-000, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, conselheira titular, e Sr. **FLÁVIO MARQUES LISBOA CAMPOS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, carteira de identidade nº 524578-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 118.388.096-00, com endereço profissional na Rua Guajajaras, 43, Centro, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conselheiro suplente. Foi proposta e aprovada a fixação da remuneração anual dos conselheiros fiscais em dez por cento (10%) da remuneração anual média de cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos das presentes Assembleias Gerais, solicitando que fosse lavrada a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelo Sr. Presidente e pelos acionistas presentes, representando mais do que 2/3 do capital votante da Companhia, e por mim, Secretário, dela extraindo-se as cópias necessárias, destinadas aos fins legais. Florianópolis, 07 de abril de 2005. Assinaram a ata os acionistas TRACTEBEL EGI SOUTH AMERICA LTDA, BANCO CLÁSSICO S.A., VICTOR-FRANK DE PAULA ROSA PARANHOS, WALTAMIR BARREIROS, PATRICK CHARLES CLEMENT OBYN, JOSÉ MOACIR SCHMIDT, ANTONIO LIBENIR MARTINS, JOSÉ PAIS RANGEL, SOCIAL S.A. MINERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMERCIAL E INDUSTRIAL e THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN LTD. RE- MTBC, e o Sr. CLÁUDIO HENRIQUE D. REIS, representante da Trevisan Auditores Independentes.

Declaro, na qualidade de Secretário da Décima Quinta Assembleia Geral Extraordinária e da Oitava Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que o texto acima é transcrição integral e fiel da ata que consta do Livro de Atas das Assembleias Gerais da Tractebel Energia S.A., às fls. 130 a 148. Florianópolis/SC, 07 de abril de 2005.


José Moacir Schmidt
Secretário

11.11.11

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/05/2005
	SOB Nº: 20050926870
	Protocolo: 05/092687-0
Empresa: 42 3 0002438 4	
TRACTEBEL ENERGIA S/A -	
	
FABIANA EVERLING DE FREITAS	
SECRETÁRIA GERAL	